



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

A PRÁTICA POLÍTICA E A PRÁTICA PROFISSIONAL NO SERVIÇO SOCIAL

Taciane Couto Gonçalves¹

Resumo

Esse artigo busca contribuir com os estudos da relação entre a prática profissional no Serviço Social e a prática política, entendendo ambas como expressões da práxis social que guardam entre si pontos de convergência e complementariedade, principalmente, por incidirem na maneira de ser e pensar dos indivíduos, com a intenção de direcionar suas ações seja para a manutenção da ordem ou para sua superação.

Palavras-chave: Práxis. Prática política. Prática profissional. Serviço social.

THE POLITICAL PRACTICE AND PROFESSIONAL PRACTICE IN SOCIAL WORK

Abstract

This article contributes with the studies of the relationship between professional practice in social work and political practice, understanding both as expressions of social praxis that keep points of convergence and complementarity, mainly, by impinge on the way of being and thinking of the individuals, with the intention of directing their actions or for the maintenance of order or to overcome it.

Keywords: Praxis. Political practice. Professional practice. Social work.

Introdução

Nesse artigo pretende-se debater a relação entre a prática profissional no Serviço Social e a prática política, partindo do entendimento de que ambas são expressão da práxis social e que guardam entre si pontos de convergência e complementariedade. Por essa razão, desenvolveremos brevemente sobre a concepção de práxis a partir do pensamento social de Marx e levando em consideração algumas reflexões desenvolvidas por Vázquez, para, num segundo momento, tecermos algumas reflexões a cerca das particularidades da prática política e da prática profissional do Serviço Social buscando identificar os pontos de convergência e de conflito na relação entre ambas.

Tentaremos mostrar a importância e validade do referencial teórico marxista tanto para se pensar a dimensão política inerente ao exercício profissional quanto para interpretar a realidade social e a necessária intervenção crítica sobre a mesma.

¹ Estudante de mestrado pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1. A centralidade da práxis social no materialismo histórico

Marx dedicou a maior parte de sua vida intelectual aos estudos sobre a sociedade capitalista e era categórico ao afirmar que toda análise da vida social deveria partir da análise da vida material concreta. Foi ao identificar a forma como homens e mulheres se relacionam, com a natureza e entre si, ao produzirem seus meios de vida que verificou a emergência da consciência, do Estado, da ideologia e de um conjunto de esferas que viriam a compor a chamada superestrutura social.

Dialogando com as formulações dos intelectuais da época (destaca-se o diálogo com a tradição hegeliana e com o materialismo contemplativo de Feuerbach²), Marx afirmava que as contribuições dessa intelectualidade alemã apenas esclareciam, parcialmente, aspectos histórico-religiosos da realidade. Para eles, bastaria uma transformação da consciência para livrar a sociedade da alienação e, com isso, desconsideravam a necessária mudança da própria realidade a qual tal consciência alienada se vinculava.

Já em sua época predominava uma explicação idealista do mundo que apresentava as relações sociais como produto da consciência humana o que, por sua vez, justificaria a defesa de que só a crítica desferida a determinados pensamentos seria capaz de derrubar as barreiras e entraves do desenvolvimento social. O equívoco, segundo Marx, estava em não entender que a consciência é um elemento humano construído historicamente e que, a cada novo modo de produção, se apresenta de formas distintas. Tal compreensão é importante para superar o pensamento de que a transformação da consciência se dará pela crítica da própria consciência e não pela mudança das relações sociais de produção.

O raciocínio desenvolvido por Marx e Engels compreende que

A primeira premissa de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, portanto, a organização corpórea [...] desses indivíduos e a relação por isso existente [...] com o resto da natureza. [...] Toda a historiografia tem de partir dessas bases naturais e da sua modificação ao longo da história pela ação dos homens. (MARX; ENGELS, 2009, p. 24).

² A crítica feita por Marx ao materialismo de Feuerbach afirma que esse último desconsidera o papel transformador da práxis humana limitando-se a mera apreensão do mundo sensível, como expõe em sua obra: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX; ENGELS, 2009, p. 122). Em oposição a esse materialismo contemplativo, Marx defende o materialismo prático.

Homens e mulheres são expressões do que produzem e de como o fazem. Quais atividades permitem aos seres humanos viverem? Quais instrumentos possuem e utilizam para tanto? Como se organizam em torno do trabalho? São questões cruciais e devem ser feitas por quem deseja interpretar a realidade e entender o pensamento de uma época, afinal, ao desenvolverem sua produção material, os indivíduos transformam também seu modo pensar.

Dessa maneira, entende-se que antes de mais nada o indivíduo deve garantir, por meio do trabalho, seus meios de sobrevivência – comer, morar, vestir, entre outros – atendendo, num segundo momento, às necessidades mais complexas decorrentes desse primeiro ato histórico. O terceiro ato histórico consiste em garantir a renovação da própria vida e a procriação. São esses três momentos distintos e simultâneos que possibilitam o desenvolvimento da consciência – quarto ato histórico (MARX; ENGLS, 2009).

A partir dessa análise do trabalho Marx desenvolve também o conceito de “prática social” ou, mais usualmente na filosofia, de “práxis”. A práxis é a categoria básica da filosofia marxista, sendo utilizada pelo autor em suas críticas tanto ao idealismo quanto ao materialismo vulgar, num movimento que nega, absorve e supera ambas as correntes (VÁZQUEZ, 1990). Sua origem encontra-se na interação que homens e mulheres estabelecem com a natureza desencadeando um processo de transformação da vida material e da realidade social de forma mais ampla.

Ao comparar a atividade humana com a de outros animais, Marx chama a atenção para a capacidade, que é exclusiva do ser social, de projetar e atribuir finalidades às suas ações. Isso porque “[...] essa atividade implica na intervenção da consciência, graças à qual o resultado existe duas vezes – e em tempos diferentes –: como resultado ideal e como produto real” (MARX, p. 187). É o que tratamos como capacidade teleológica.

O aspecto relevante nesse processo nem tanto está no fato dessa capacidade de antecipação ideal não significar uma exata reprodução entre o que se pensou e o resultado real, mas, por demonstrar que toda atividade do ser social sempre implica certo grau de consciência.

Esse traço é notável no trabalho – tido como modelo genérico de práxis social e elemento responsável pela humanização dos homens e mulheres, ou seja, aquilo

que lhes possibilitou a constituição enquanto seres sociais – uma vez que o indivíduo tendo, necessariamente, que estabelecer um intercâmbio com a natureza a fim de obter seu sustento o faz imprimindo à sua ação uma finalidade. Parte das condições materiais de que dispõe na natureza para produzir algo que lhe atenda as necessidades básicas de reprodução. Simultaneamente, consegue antecipar idealmente o resultado de sua ação e mobilizar os recursos, técnicas e ferramentas necessárias para a efetivação do mesmo.

Levando em conta a semelhança externa que pode se manifestar entre certos atos animais e humanos, é preciso concluir que a atividade própria do homem [e da mulher] não pode reduzir-se a sua mera expressão exterior, e que ela faz parte essencialmente da atividade da consciência. Essa atividade se desenvolve como produção de objetivos que prefiguram idealmente o resultado real que se pretende obter, mas se manifesta, também, como produção de conhecimentos, isso é, em forma de conceitos, hipóteses, teorias ou leis mediante os quais [homens e mulheres] conhece[m] a realidade (Ibidem, p. 191).

Também por esse modelo genérico se revela o caráter revolucionário da práxis pelo simples fato de que, primeiramente, o trabalho gera um produto totalmente original que não se encontraria na natureza se não fosse por essa atividade prática e que passa a ter uma existência independente em relação ao ser social. Segundo, porque opera uma mudança na natureza e nos próprios indivíduos de forma que já não serão os mesmos após essa ação.

É correto afirmar que a prática se configura como a base do conhecimento e, por conseguinte, da teoria. Ao mesmo tempo, é possível notar certa autonomia de uma em relação à outra. A prática apresenta uma dinamicidade maior do que a elaboração teórica, o que faz a teoria ser sempre aproximativa, pois, sempre existirão novas determinações do real a serem incorporadas pelo pensamento.

No que diz respeito à teoria, sua autonomia relativa expressa-se na possibilidade de se anteceder, em alguma medida, fatos da história no momento que consegue abstrair da realidade seus elementos mais determinantes. “É precisamente sua capacidade de modelar idealmente um processo futuro que lhe permite ser um instrumento – às vezes decisivo – na práxis produtiva ou social” (Ibidem, p. 239).

Todavia, é fundamental entender que, para o materialismo histórico, a práxis é própria do ser humano e expressa, impreterivelmente, a unidade entre teoria e prática. Logo, não se pode conceber uma “práxis teórica” visto que a teoria em si (inclusive a teoria crítica) não muda a realidade social. É inegável sua validade ao interpretar e

conhecer o mundo sensível e mesmo sua capacidade propositiva, contudo, de pouco vale se não forem operadas as devidas mediações para aplicá-la na realidade concreta.

Por outro lado, também não se pode compreender a práxis sem sua dimensão teórica, expressa nas finalidades e conhecimentos usados na ação, sob o risco de submeter nossas ações à mera superficialidade e ao mundo da aparência.

Ainda segundo Vázquez, a práxis pode se dar sobre diferentes objetos, diferentes matérias primas, sendo estes:

- a) o fornecido naturalmente, ou entes naturais;
- b) produtos de uma práxis anterior que se convertem, por sua vez, em matéria de uma nova práxis, como os materiais já preparados com que trabalha o operário ou com que cria o artista plástico;
- c) o humano mesmo, quer se trate da sociedade como matéria ou objeto da práxis política ou revolucionária, quer se trate de indivíduos concretos (VÁZQUEZ, 1990, p. 194-195).

É interessante destacar que nesta separação não cabe uma rigidez como se na realidade estas práticas não se relacionassem ou influenciassem mutuamente. Há também o fato de que, só esta terceira forma de práxis se desdobra em diversas modalidades, dentre as quais destacaremos duas: a prática político-militante e a prática profissional das/os assistentes sociais.

2. Reflexões sobre a prática política e a prática profissional

Vázquez (1990) desenvolve sua análise sobre a práxis social compreendendo que todos os tipos de práxis (independente do objeto sobre o qual atuam) cabem dentro da definição de práxis social, pois, num sentido amplo, implicam em relações sociais que os sujeitos necessariamente estabelecem entre si seja para a ação direta sobre a natureza ou em práticas mais complexas realizadas no seio da sociedade. Todavia, também se utiliza desse termo, num sentido restrito, para abordar, exclusivamente, a atividade social sobre o próprio ser social – não na condição de indivíduo, mas enquanto grupo social – cuja finalidade é desencadear um processo de mudança da realidade.

Aqui já podemos falar de uma prática política em que a ação do sujeito sobre a forma de ser, agir e pensar do/s outro/s expressa uma disputa de poder. Se considerada a inserção dos indivíduos numa sociedade de classe,

[...] a política é uma atividade prática na medida em que a luta que os grupos ou classes travam está vinculada a certo tipo de organização real de seus membros (instituições e organizações políticas, como são, por exemplo, os partidos); em segundo lugar, ainda que a atividade política seja acompanhada de um choque e contraposição de ideias, projetos, programas, etc., e essa luta ideológica exerça uma influência indubitável nas ações políticas reais, concretas, o caráter prático da atividade política exige formas, meios e métodos reais, efetivos, de luta; assim, por exemplo, o proletariado em sua luta política se vale de graves, manifestações, comícios e inclusive de métodos violentos. Em terceiro lugar, a atividade política gira em torno da conquista, conservação, direção ou controle de um organismo concreto como é o Estado. O poder é um instrumento de importância vital para a transformação da sociedade. (VÁZQUEZ, 1990, p. 200-201).

É um tipo particular de prática social que encontra sua radicalidade na prática revolucionária, sendo o agente protagonista dessa ação a classe trabalhadora, mais especificamente, o operariado. Este, necessariamente, deve conhecer a realidade para ser capaz de formular respostas alternativas à ordem vigente.

A teoria, nesse aspecto, é indispensável para que o sujeito tenha melhores condições de interpretar o mundo e desvendar as contradições postas na realidade. Lembrando que a transformação operada pela teoria se dá no plano ideal, cabendo ainda ao agente fazer as mediações necessárias para aplicá-la na realidade concreta.

É no bojo dos meios e instrumentos ministrados na passagem da teoria à ação que se encontra também a intervenção política numa perspectiva educativa, necessária no processo de elevação do nível de consciência.

Quanto a prática profissional das/os assistentes sociais, o que nos respalda na afirmação de que se pode caracterizá-la como uma das modalidades de práxis social que tem por objeto o ser social e a totalidade das relações sociais é o fato de ser uma profissão que surge sob o jugo de uma demanda muito mais política e ideológica do que propriamente técnica. O conjunto das/os profissionais são chamadas/os a intervir em relações marcadamente conflituosas e, trabalhando sobre uma base material constituída pelos serviços e pelas políticas sociais, tem uma dimensão educativa requisitada constantemente.

[a/]o Assistente Social é solicitado[/a] não tanto pelo caráter propriamente “técnico-especializado” de suas ações, mas, antes e basicamente, pelas funções de cunho “educativo”, “moralizador” e “disciplinador” que, mediante um suporte administrativo-burocrático, exerce sobre as classes trabalhadoras [...]. Radicalizando uma característica de todas as demais profissões, [a]o Assistente social aparece como [a]o *profissional da coerção e do consenso*,

cuja ação recai no campo político. (IAMAMOTO, 2013, p. 47. Grifos da autora).

Percebe-se então duas modalidades de prática social que convergem pelo fato de atuarem sobre uma mesma matéria prima guardando, no entanto, particularidades entre si. Assim como a arte, a política, o trabalho, entre outros, a prática profissional é uma expressão da práxis, pois atua sobre e na realidade social e só se torna passível de ser compreendida quando se considera a totalidade das relações sociais.

São características da prática profissional (nesse caso, em especial, das/os assistentes sociais) seu caráter histórico e mutável, que adquire novos contornos de acordo com o próprio movimento de mudança social. Ou, como acrescenta Montañó (*apud* SANTOS, 2012, p. 46), o fato de ser

O exercício remunerado da profissão, onde há um empregador, uma demanda de trabalho e uma retribuição salarial pelos serviços prestados, no exercício da profissão. A prática profissional é, portanto, uma prática *institucionalizada*. Trata-se de uma prática com uma certa particularidade: é uma prática que tem uma base de conhecimento científico e uma sustentação técnico-operativa e teórico-metodológica. (grifos do autor).

Tanto quanto para os demais tipos de práxis social, a apropriação teórica é elemento chave para a prática profissional. Primeiramente, porque a apreensão teórica oferece subsídios para que esta prática se reconheça como uma dentre um conjunto de outras expressões da práxis. Além do que, torna possível o reconhecimento e afirmação de uma dimensão política que perpassa a própria atividade prática profissional.

A pertinência do debate sobre a prática política e a prática profissional dentro do Serviço Social foi levantada pela primeira vez durante o chamado Movimento de Reconceituação³, ocorrido na América Latina em princípios dos anos 1960.

Nesse período inaugurou-se um processo em que a profissão começou a repensar sua formação acadêmica e atuação profissional, questionando também os parâmetros teóricos e metodológicos que balizavam sua intervenção. Num contexto de

³ Esse Movimento implicou, em linhas gerais, numa revisão dos referenciais teórico, político, metodológico e interventivo do Serviço Social latino americano. O conteúdo desse processo foi tratado por autores como José Paulo Netto e Marilda Vilella Iamamoto (2013), dentre outros. Sobre o Movimento de Reconceituação e as particularidades no Serviço Social brasileiro, cf. NETTO, JP. **Ditadura e Serviço Social**. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez: 2015.

nova fase do desenvolvimento capitalista⁴ e sob as contradições colocadas por Regimes Ditatoriais instaurados em vários países da América Latina, ocorreu uma expansão do Serviço Social (em termos de mercado de trabalho e de crescimento de instituições de ensino superior). Simultaneamente, a efervescência político-social e a aproximação intelectual com o campo das Ciências Sociais, mais especificamente com a teoria crítica marxista, contribuíram para um salto qualitativo da profissão.

No desencadear desse processo histórico, setores da categoria passam a negar o conservadorismo e as práticas voluntaristas e filantrópicas que marcam o Serviço Social tradicional. Ao se darem conta de uma dimensão político-ideológica inerente à prática profissional, tais setores, mais progressistas, buscaram lhe dar um direcionamento ético, político, teórico e metodológico que estivesse em consonância com os interesses de classe dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como com os princípios democráticos.

Todavia, o esforço de sintonizar o Serviço Social com uma racionalidade crítica não se deu sem maiores confusões e equívocos. A aproximação enviesada da categoria com as obras marxistas (que em grande parte vulgarizavam o pensamento de Marx⁵) e o ativismo político obscureceram a fronteira entre o fazer profissional e o fazer militante.

Cientes da existência de uma dimensão política e na ânsia de buscar novas bases legitimadoras, agora ao lado das classes subalternas, o conjunto profissional acaba sobrevalorizando a dimensão política da sua ação desconsiderando as determinações impostas pelo estatuto de assalariada/o. Uma supervalorização que coloca no mesmo patamar dois tipos de práticas distintos: a profissional e a político-militante.

Como visto nos parágrafos anteriores, esta prática política expressa, em última instância, a disputa de poder econômico e político, a tomada do Estado e a efetivação de mudanças na estrutura social. Demanda um nível de envolvimento e

⁴ Trata-se aqui do ingresso do modo de produção capitalista na sua fase imperialista ou, como também ficou conhecida, na era dos monopólios. Tal processo data a primeira metade do século XX e é marcado pela fusão de vários capitais (industrial, banqueiro, agroindústria, entre outros) que, sob hegemonia do capital financeiro, passam à controlar ramos inteiros do mercado mundial. Além de exercer grande controle sobre a economia e a política dos Estados nacionais. cf: LÊNIN, VI. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular: 2012 e; BRAZ, M; NETTO, JP. **Economia Política: Uma introdução crítica**. 4. Ed. São Paulo: Cortez: 2008.

⁵ Responsabiliza-se por tal vulgarização a difusão de leituras dogmáticas pela II Internacional e mesmo a influência de outras correntes teóricas (como, por exemplo, o positivismo, o pragmatismo, o estruturalismo dentre outros) no pensamento marxista. cf. Quiroga (1991).

engajamento nos processos de mobilização e organização das classes que vai muito além de uma intervenção técnica-especializada.

A práxis política pressupõe a participação de amplos setores da sociedade. Mas não se trata de uma atividade espontânea, [...]. Persegue determinados objetivos que correspondem aos interesses radicais das classes sociais [...]. **A luta tem que ser, por conseguinte, consciente, organizada e dirigida e a necessidade de leva-la a cabo dessa forma explica a criação dos partidos políticos** [...].

A práxis política, enquanto atividade prática transformadora, alcança sua forma mais alta na práxis revolucionária como etapa superior da transformação prática da sociedade. (VÁZQUEZ, 1990, p. 201. Grifo nosso).

Sendo assim, não seria um engodo afirmar a existência de uma dimensão política inerente a prática profissional? Seria se se perdesse de vista que a profissão surge das relações de poder próprias da sociabilidade burguesa e que se insere em relações sociais antagônicas. A prática profissional não se explica por si só e sua dimensão política só se torna passível de compreensão quando entendemos os fundamentos sócio-históricos da profissão e sua inserção na totalidade social.

Com o ingresso do capitalismo na fase imperialista, o Estado amplia-se e passa a gerir os conflitos de classes por um lado criminalizando a “questão social”⁶ e reprimindo as organizações da classe trabalhadora por outro incorporando mecanismos de cooptação e consenso. A prestação de serviços sociais expressa uma das várias formas de buscar legitimidade junto aos setores dominados.

O Estado passa a agir de maneira mais sistemática e permanente sobre as expressões da “questão social”, sempre buscando esconder o seu caráter político e coletivo. A forma que encontra para esse tratamento é a estruturação de políticas públicas voltadas, principalmente, a parcela mais pauperizada da população.

Por sua vez, para a implementação desses serviços sociais serão demandados um corpo técnico com profissionais qualificados para atuar desde a elaboração e gestão das políticas sociais até a sua execução. Dentre tais profissionais encontram-se as/os assistentes sociais:

O Estado, ao centralizar a política sócio-assistencial efetivada através da prestação de serviços sociais, cria as bases sociais que sustentam um mercado

⁶ Envolve o conjunto de contradições decorrentes da relação capital *versus* trabalho. Expressa, em linhas gerais, os desdobramentos do processo de desenvolvimento e complexificação do proletariado e do seu ingresso, enquanto classe social, na cena política reivindicando do Estado e da burguesia o atendimento de suas demandas (IAMAMOTO, 2013).

de trabalho para o [/a] assistente social, que se constitui como um[a] trabalhador[a] assalariado[a]. O Estado e os estratos burgueses tornam-se uma das molas propulsoras dessa qualificação profissional legitimada pelo poder. (IAMAMOTO, 2015, p. 171).

Com essa colocação podemos identificar o Serviço Social como uma das profissões chamadas a atuar no interior do Estado (mesmo fora dele, em empresas, instituições filantrópicas, organizações não governamentais, dentre outras) para intervir sobre as expressões da questão social, além de se constituir enquanto uma das instituições situadas na sociedade civil que serão utilizadas na busca do consenso e para legitimar a ordem. Isso porque, ao atuar

[...] em organizações públicas e privadas dos quadros dominantes da sociedade, cujo campo é a prestação de serviços sociais, [a]o Assistente Social exerce uma ação eminentemente “educativa”, “organizativa”, nas classes trabalhadoras. Seu objetivo é transformar a maneira de ver, de agir, de se comportar e de sentir os indivíduos em sua inserção na sociedade. Essa ação incide, portanto, sobre o modo de viver e de pensar dos trabalhadores, a partir de situações vivenciadas no cotidiano, embora se realize através da prestação dos serviços sociais, previstos e efetivados pelas entidades a que o profissional se vincula contratualmente. (IAMAMOTO, 2013, p. 45).

Com todas as limitações próprias de uma profissão, o conjunto das/os assistentes sociais partirão de uma base concreta, que são os serviços sociais, para articular a clientela usuária das políticas públicas às instituições em que presta seus serviços. Assim, ao mesmo tempo em que viabiliza o atendimento das necessidades básicas e imediatas da população desempenha um papel educativo junto à mesma. Uma intervenção nitidamente contraditória em que media os interesses distintos da classe dominante empregadora (estejam elas representadas pelo Estado ou empresas) e os da classe dominada (trabalhadores/as usuários/as das políticas públicas).

Por essa razão

podemos afirmar que embora a Prática Profissional seja entendida como um conjunto de atividades peculiares de cada profissão, existem aspectos de suas práticas que estão relacionados com as dimensões estruturais e conjunturais da realidade. Dessa forma, a prática profissional torna-se subsidiária da prática política, quer seja na perspectiva de manter o ‘status quo’, quer seja na perspectiva de transformação da realidade. (KAMEYAMA *apud* SANTOS, 2012, p. 47).

Diante desses elementos percebe-se que negar a existência dessa dimensão política inerente à prática da/o assistente social seria retroceder num debate o qual

temos avançado desde a década de 1960 com a Reconceituação. Reconhecendo-a e ciente dos limites e possibilidades da nossa intervenção, resta-nos avançar no sentido de encontrar as mediações necessárias para aplicá-la no cotidiano profissional em consonância com valores e princípios democráticos.

A literatura do Serviço Social revela o quanto se tem aprofundada a relação da profissão com o referencial teórico e metodológico marxista. Referência esta expressa no projeto hegemônico que orienta a profissão materializando-se, por exemplo, nas diretrizes curriculares da formação acadêmica e no Código de Ética profissional.

É fato, contudo, que essa Teoria Social tanto não é a única presente no campo profissional como também não deixou de encontrar dificuldades em sua assimilação pelo conjunto da categoria.

Santos (2012) aponta que um dos discursos mais recorrentes entre o conjunto profissional é o de que a teoria marxista não se aplica na prática profissional e não consegue dar respostas aos seus dilemas mais frequentes. Para a autora, tal discurso expressa, na verdade, uma inadequada assimilação do referencial teórico marxista e mesmo uma incompreensão da dimensão técnico-operativa. Toda teoria é aproximativa e não é algo que se deve encaixar na prática sem antes se ter mobilizado os instrumentos e mediações necessárias para isso.

É também comum se identificar elementos da análise positivista, nem sempre conscientemente, entre a categoria. Principalmente, uma insistente naturalização das relações sociais que desconsidera o movimento da história e o papel ativo dos sujeitos sociais. Uma lógica que apregoa a resignação dos indivíduos diante a inevitabilidade dos fatos mostrando-se, por isso, extremamente conveniente à manutenção da ordem vigente.

Na contramão dessa corrente, o materialismo histórico se vincula, impreterivelmente, a um horizonte revolucionário, não se contentando em compreender e explicar o mundo, mas, buscando sempre conciliar as elaborações teóricas com uma prática transformadora.

O materialismo histórico tem se mostrado o referencial mais adequado para se pensar a intervenção profissional no bojo dessa sociedade de classe. Foi a partir da incorporação da teoria crítica que as/os profissionais identificaram o caráter contraditório de sua intervenção bem como revelaram que, no exercício de sua função

social, também estava colocada a possibilidade de contribuir para o desvelamento dos antagonismos sociais, apontando para a necessidade de organização popular.

Não há, portanto, uma incompatibilidade entre prática profissional e prática política. Pode-se dizer que, em alguma medida, ambas se complementam e são importantes no processo de efetivação dos direitos políticos e sociais e no aprofundamento da democracia.

Cabe ressaltar que, por lidarmos com o cotidiano e no plano da imediaticidade, o processo de investigação deve ser constante, sempre buscando se apropriar de novas determinações e sem a ilusão de que deve se encaixar perfeitamente na realidade. A teoria tem a possibilidade de ser propositiva e

[...] no caso de uma prática profissional como a do Serviço Social, a teoria permite que o sujeito – assistente social – apreenda seu objeto de ação, seu movimento, sua direção, suas contradições. Nesse sentido, a meu ver, o Serviço Social, ao necessitar conhecer seus objetos de ação e compreender as demandas por seus serviços, encontra, na Teoria Social de Marx, os pressupostos e o método para conhecer a realidade que está posta pela prática social, buscando sua essência. (SANTOS, 2012, p. 28).

É preciso ter claro que a aplicabilidade da teoria social crítica está diretamente relacionada com um empreendimento político-organizativo de homens e mulheres convencidos da necessidade de mudança e comprometidos com a mesma. Ao mesmo tempo, demanda a escolha e aprimoramento de meios e instrumentos adequados à transição do plano ideal para o real. Dessa forma, cabe à categoria profissional, por um lado, cuidar do permanente processo formativo (que garanta a apreensão teórica, metodológica e instrumental) que lhe permitirá a análise da realidade e, por outro, identificar e se apoiar nos setores mais progressistas da classe trabalhadora.

Considerações finais

Buscamos desenvolver nesse trabalho o debate teórico sobre a práxis social a fim de subsidiar a análise acerca das particularidades entre a prática profissional das/os assistentes sociais e a prática política. Esse debate exigiu repassar, em linhas mais gerais, os estudos desenvolvidos por Vázquez e pelo próprio Marx a cerca dos fundamentos da práxis social e as formas que esta assume a depender do objeto de sua ação.

Identificamos que a prática profissional e a prática política expressam um tipo de práxis social que têm no ser social, e nas relações sociais que este se insere, a matéria prima da sua intervenção. Ambas buscam incidir na maneira de ser e pensar dos indivíduos, na forma como estes veem e agem no mundo, tendo como finalidade a intenção de direcionar suas ações seja para a manutenção da ordem ou para sua superação.

Contudo, destacamos que a prática política exige um engajamento militante maior, capaz de mobilizar e organizar o conjunto da classe trabalhadora em torno de um projeto de sociedade. É uma práxis que implica num empreendimento organizativo (em movimentos sociais, sindicatos, partidos, entre outros) capaz de garantir a experiência da participação política e partilha do poder. Sua expressão máxima, como afirma Vazquez (2012), é a práxis revolucionária.

Já a prática profissional trata-se de uma prática institucionalizada, que demanda uma bagagem técnico-científica que, por sua vez, subsidiará as respostas (em sua grande maioria) mais imediatas tanto das demandas do órgão empregador quanto das do público atendido pelos serviços e políticas sociais. Todavia, apesar de seu caráter mais burocratizado, vale lembrar que esta prática não está isenta das contradições e antagonismos próprios da ordem social vigente. Logo, sua intervenção é permanentemente polarizada pelos diferentes interesses de classes, fato que desvela seu aspecto político, pois, poderá pela sua ação fortalecer ou um projeto societário alternativo a ordem do capital ou apenas fazer coro ao projeto hegemônico.

Estamos cientes de que ainda há muito a se aprofundar, quem sabe, buscando mais elementos do cotidiano profissional que permitam analisar as formas como a dimensão política da nossa intervenção se manifestam e em que medida contribui no processo de formação de consciência de classe dos trabalhadores e trabalhadoras. Torna-se central analisar as finalidades aplicadas à ação profissional e os meios mobilizados para tal.

O cotidiano é uma esfera rica em determinações e é um solo de atuação favorável ao Serviço Social. Todavia, é importante se atentar para as armadilhas dessa esfera uma vez que no cotidiano, “[...] o imediatismo, o espontaneísmo e o ponto de vista da consciência comum predominam. Ação e pensamento estão organizados para responderem às demandas imediatas [...]” (GUERRA, 2012, p. 40) o que acaba

dificultando ao sujeito uma leitura e ação críticas e capazes de mediar, de forma qualificada, a necessária passagem da teórica à prática.

Não nos resta dúvida também da necessidade de apropriar-se cada vez mais do referencial teórico e metodológico marxista, pois, acreditamos ser este o único capaz de possibilitar uma análise concreta da realidade social pautando-se numa perspectiva revolucionária.

Cientes das limitações e possibilidades colocadas à prática profissional, pode-se reforçar que esta, ao favorecer determinadas práticas sociais, ao mesmo tempo que é influenciada pelas mesmas, pode contribuir ou ter em seu horizonte a práxis revolucionária, ainda que não seja responsável por ela (SANTOS, 2012). Mais uma vez reforçamos que é preciso estar em sintonia com os movimentos e organizações da classe trabalhadora por ser esta uma forma de coesionar a dimensão política da prática profissional aos valores democráticos e, por que não, revolucionários. Isso expressa o reconhecimento do potencial politizador dessa dimensão sem, contudo, perder de vista que só a mudança da realidade concreta é efetivamente capaz de transformar a consciência dos indivíduos sociais.

Referências

GUERRA, Yolanda A. Demétrio. Expressões do pragmatismo no Serviço Social. Reflexões preliminares. **Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. Especial p. 39-49, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios críticos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MARX, Karl F; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991. p. 7-81.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

VAZQUEZ, Sanches A. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 3-50; 185-208.